



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 35/2023

Modifica o artigo 192, do Projeto de Lei nº. 35/2023, que institui o Código de Vigilância em Saúde Municipal, dispõe sobre promoção, prevenção e proteção à saúde e dá outras providências.

Art. 1º. Modifica o artigo 192 do Projeto de Lei nº 35/2023, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 192. A aferição da reincidência, de que trata o art. 129, não desconsiderará as infrações praticadas sob a égide da Lei 4.424/97 que foram mantidas no presente Código.

Vitória, Casa de Leis Attílio Vivacqua, 1º de março de 2023,.

ANDRÉ MOREIRA

Vereador

GABINETE DO VEREADOR ANDRÉ MOREIRA/PSOL Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n° 1788 Bento Ferreira - Vitória/ES Telefone: (27) 3334-4528 | E-mail: gabinete.andremoreira@gmail.com







JUSTIFICATIVA

Na proposta original, a redação é ambígua e dúbia. A redação anterior era a seguinte: "Art. 192. A aferição da reincidência específica, de que trata o inciso II do *caput* do art. 129, só poderá se dar em relação às infrações às normas deste Código.".

Foram observadas duas formas de interpretação do dispositivo: a primeira faz parecer que o artigo prevê uma possibilidade de que as infrações previstas pelo Código atualmente em vigência sejam desconsideradas para fins de reincidência específica ainda que estejam mantidas pelo Código atual; e a segunda de que o artigo, de forma contrária, prevê que serão consideradas para fins de reincidência específica aquelas infrações que estejam repetidas em ambos os Códigos, o atual e o que passará a viger.

Assim, propõe-se a nova redação, em conformidade com o princípio da continuidade típico-normativa ou da continuidade normativo-típica¹, aplicado no direito penal, a fim de evitar que se entenda que se estabelece a primariedade dos infratores contumazes em razão da vigência de um novo Código.

Tal princípio indica, nos moldes de acórdão julgado pelo Supremo Tribunal Federal², que:

https://www.conjur.com.br/2022-mar-10/cezar-bitencourt-irretroatividade-lei-penal-grave. Acesso em: 01/03/2023.

GABINETE DO VEREADOR ANDRÉ MOREIRA/PSOL

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n° 1788 Bento Ferreira - Vitória/ES Telefone: (27) 3334-4528 | E-mail: gabinete.andremoreira@gmail.com



¹ Disponível em:

² STF, HC 106155, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 04/10/2011, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-218 DIVULG 16-11-2011 PUBLIC 17-11-2011 RTJ VOL-00226-01 PP-00557 RT v.





A revogação da lei penal não implica, necessariamente, descriminalização de condutas. Necessária se faz a observância ao princípio da continuidade normativo-típica, a impor a manutenção de condenações dos que infringiram tipos penais da lei revogada quando há, como in casu, correspondência na lei revogadora.

Desse modo, a conduta violadora existe na lei antiga e continua existindo na nova lei, logo se alguém a comete antes da legislação nova, possui decisão irrecorrível sobre o fato, e a pratica novamente depois, reincide no ato que ambas as leis intentaram evitar.

Além disso, foi extraída a indicação de que o artigo se refere apenas à reincidência específica, tendo em vista que também há reincidência - agora genérica - no caso de haver condenação definitiva em infração cometida sob a égide da lei anterior, mantida na nova lei, e a prática de nova infração prevista na nova lei, diversa daquela praticada anteriormente.

Vitória, Casa de Leis Attílio Vivacqua, 1º de março de 2023.

ANDRÉ MOREIRA

Vereador

GABINETE DO VEREADOR ANDRÉ MOREIRA/PSOL Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n° 1788 Bento Ferreira - Vitória/ES Telefone: (27) 3334-4528 | E-mail: gabinete.andremoreira@gmail.com

